



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL SANTA LUZIA DO PARUÁ
CNPJ: 12.511.093/0001-06

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÃO

I- DAS PRELIMINARES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2024
ASSUNTO: RESPOSTA A PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Trata-se de procedimento licitatório para: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PROJETADOS EM MDF PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ – MA, conforme especificações contidas no Anexo I do edital.

II- DA ALEGAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E DOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO

Primeiramente a empresa: **J R D BRANDÃO LTDA – MODELO MÓVEIS**, inscrita no **CNPJ nº 23.511.454/0002-03**, valendo-se da prerrogativa legal estabelecida no Art. 164 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, apresenta impugnação aos termos do Edital de Licitação, pleiteando em síntese o exposto a seguir:

(...)

I - Do Breve Relatório e dos Fundamento Legais.

O Município de Santa Luzia do Paruá / MA, por intermédio da Secretária de Planejamento, Administração e Finanças do Município em tela, deflagrou a abertura de processo administrativo, na modalidade Pregão Eletrônico, com a finalidade de Registro de Preço para confecção de Serviço e Prestação de Moveis Planejado para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal retrocitada. A subscrevente ora interessada, no ensejo de participar do presente processo, adquiriu o instrumento convocatório através do portal Conlicitação e, após se debruçar sobre cláusulas do referido edital, observou que o Termo de Referência está incompleto, vez que não especificar ou detalhar discriminadamente o



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL SANTA LUZIA DO PARUÁ
CNPJ: 12.511.093/0001-06

material/objeto que este ente Município pretende contratar/adquirir, sendo ao certo genérico, veja – se:

“SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, INSTALAÇÃO DE MOVEIS PLANEJADOS EM MATERIAL MDF, INCLUINDO TODA MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS (AMORTECEDORES, BUCHAS, CANTONEIRAS, CAVILHAS, PARAFUSOS, PÉS, SAPATAS, DOBRADIÇAS, ESTRUTURAS METÁLICAS, PUXADORES, FECHADURAS, BORDAS, ETC)” (grifo nosso).

Neste cenário não lhe restando outra opção a não ser o uso dos meios legais colocados à sua disposição, impugnar o instrumento para que seja especificado objeto com a indicação dos móveis que se pretende adquirir por meio do presente processo instaurado.

É importante frisar que apesar da NLLC não trazer em seu texto legal a antiga menção de como deveria ser objeto, em outras palavras, claro, preciso e sucinto, não ocultou o desejo de que o objeto seja o mais discriminado possível, havendo para tal estudo técnico, planejamento, análise da necessidade, etc.

Assim, é necessário que o edital especifique detalhadamente o objeto não perfazendo mera menção de sua descrição, conforme parâmetros apontados pela Lei nº 14.133/21.

II - Do Pedido.

Ex positis, requer a digne de V. Srª a descrição detalhada dos moveis que serão adquiridos, bem como a disponibilização do projeto básico como layout do local onde serão futuramente instalados;

Por fim, requer, caso seja retificado o instrumento, a publicação pelos mesmos meios que advieram o edital anterior; Caso assim não entenda, pugna – se pela indicação dos fatos e fundamentos que manteve incólume as cláusulas do instrumento não perfazendo a mera menção da lei, sumulas, jurisprudência, doutrina, consoante os regras da lei de processo administrativo;”

(...)

III- DA ANÁLISE DO MÉRITO

Cabe frisar que todo ato administrativo deve atender os princípios consoantes do Art. 5º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que dispõe:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL SANTA LUZIA DO PARUÁ
CNPJ: 12.511.093/0001-06

Passemos, a seguir, à análise das alegações contidas no pedido de esclarecimento.

Preliminarmente, é oportuno salientar que a licitação é o instrumento de seleção, na qual se busca obter a proposta mais vantajosa aos seus interesses. As impugnações são ferramentas que devem ser interpostas com a finalidade de corrigir possíveis erros ou omissões, que possam corromper a legalidade e a isonomia do certame. O alinhamento do descritivo técnico e das condições de fornecimento do objeto em coerência com as especificações técnicas e disponíveis, devem também primar pela plena execução do objeto proveniente do processo de licitação em questão.

É o juízo discricionário do Administrador que determina as especificações do objeto a qual se pretende contratar, de modo a extrair as melhores condições de sua execução para adequar-se as suas finalidades, sempre pautadas na razoabilidade e proporcionalidade dos meios aos fins. Pois quando a lei confere ao agente público competência discricionária, isso significa que atribuiu ao agente o dever/poder de escolher a melhor conduta, dentre um universo de condutas possíveis, para a plena satisfação do interesse público, sendo que essa busca pautou as especificações e exigências contidas no Termo de Referência do certame em questão.

Em relação à impugnação apresentada, cabe esclarecer, a mesma apresenta em seu pedido, alegações em relação às disposições constantes no Edital. Contudo, a mesma não observou a clareza dos dispositivos ora atacado, conforme consta no item **1. DO OBJETO:** do Edital, *in verbis*:

“(…)

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS** PARA SERVIÇOS DE CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PROJETADOS EM MDF PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ – MA., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL SANTA LUZIA DO PARUÁ
CNPJ: 12.511.093/0001-06

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse. **Grifo Nosso.**

(...)”

Observa-se que a licitação em epígrafe trata-se de Registro de Preços, sendo que os projetos necessários à confecção e instalação dos móveis, será de acordo com a necessidade de cada secretaria demandante, o que será disponibilizado quando da solicitação dos mesmos por meio de Ordem de Fornecimento e/ou Serviços.

Portanto, julga-se o pedido de Impugnação, conforme passa a expor:

IV- DECISÃO

Diante do exposto, e fundamentado nos argumentos apresentados, o Agente de Contratação/Pregoeiro conclui que não há razão para acolher a impugnação, mantendo-se integralmente o Edital, a fim de preservar a ampla competitividade no certame e salvaguardar os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da igualdade, da competitividade e da impessoalidade, bem como o princípio da livre concorrência, estabelecidos nos artigos 3º, inciso II, e 170, inciso IV, da Constituição Federal, assim como no caput do artigo 5º da Lei 14.133/21.

INDEFERE-SE O PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO, CONFORME PASSA A EXPOR:

INDEFERE-SE o pedido de impugnação ao Edital de Licitação, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 030/2024, do Processo Administrativo nº 063/2024, regido pela Lei nº 14.133, de 2021.

V- MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL SANTA LUZIA DO PARUÁ
CNPJ: 12.511.093/0001-06

Ante ao apresentado, o entendimento é de que a impugnação ao edital **não** será acatada.

Sendo assim, na forma do parágrafo único do Art. 164 da Lei 14.133/2021, entende este pregoeiro, pelo **NÃO ACOLHIMENTO** do pedido de impugnação apresentado pela empresa **J R D BRANDÃO LTDA – MODELO MÓVEIS**, inscrita no CNPJ nº 23.511.454/0002-03.

Por fim, comunicamos que aos atos motivadores será dada a devida publicidade.

Santa Luzia do Paruá- MA, 13 de agosto de 2024.

João Pinheiro de Melo
Agente de Contratação
Pregoeiro